



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO TSE nº 90025/2024

**CONTRATO
DE
PRESTAÇÃO
DE
SERVIÇOS
QUE
ENTRE SI
CELEBRAM O
TRIBUNAL
SUPERIOR
ELEITORAL
E**

O **TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL**, sediado no Setor de Administração Federal Sul, SAFS Q. 7, lotes 1 e 2, Brasília/DF, CNPJ nº 00.509.018/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, e, de outro lado, a empresa, com sede, na Cidade de, CNPJ nº, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu, portador(a) da Carteira de Identidade nº, CPF nº, têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, sob a regência das Leis nº 14.133/2021 e 13.709/2018, decorrente da **Licitação TSE nº ____/2024**, modalidade **pregão**, na forma **eletrônica**, constante do Procedimento Administrativo SEI nº 2023.00.000004959-0, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) com o fornecimento de peças, ferramentas, materiais e insumos, pelo período de 30 (trinta) meses, prorrogável nos termos da lei, conforme especificações, exigências, quantidades e prazos constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA
DA EXECUÇÃO

A execução do objeto do presente contrato, sob o regime de empreitada por preço global, para os serviços, e empreitada por preços unitário, para o fornecimento de peças, será realizada com a prestação dos serviços descritos em sua Cláusula Primeira, nas condições especificadas, por meio do estabelecimento da **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº

....., de acordo com o Edital da Licitação, seu Anexo I e proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

O CONTRATANTE:

1. Prestará as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**.
2. Designará servidor ou comissão de servidores para fiscalizar a execução do objeto contratual.
3. Acompanhará, fiscalizará e atestará a execução contratual, bem como indicará as ocorrências verificadas, nos termos de normativo do **CONTRATANTE** que disponham sobre os processos de contratação no âmbito do Tribunal.
4. Permitirá que os funcionários da **CONTRATADA**, desde que devidamente identificados, tenha acesso ao local de execução dos serviços.
5. Recusará qualquer serviço/material entregue em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação ou com defeito.
6. Realizará reunião inaugural antes do início efetivo da prestação dos serviços entre a **FISCALIZAÇÃO** e a **CONTRATADA**.
7. Efetuará o pagamento à **CONTRATADA** segundo as condições estabelecidas na Cláusula Sexta deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA obriga-se a:

1. Executar, com observação dos prazos e exigências, todas as obrigações constantes do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.
2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da execução dos serviços objeto deste contrato.
3. Manter os dados do responsável (preposto), os contatos de telefone, e-mail ou outro meio hábil para comunicação com o TSE atualizados durante toda a execução contratual, observado o disposto no tópico 3.7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.
4. Acatar as recomendações efetuadas pela fiscalização do contrato.
5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto deste Contrato.
6. Fornecer à fiscalização do contrato relação nominal, com os respectivos números de documento de identidade de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, em até 3 (três) dias úteis após o início da vigência do contrato, bem como informar durante toda a vigência qualquer alteração que venha a ocorrer na referida relação.
7. Fazer com que seus empregados se submetam aos regulamentos de segurança e disciplina durante o período de permanência nas dependências do TSE não sendo permitido o acesso dos funcionários que estejam utilizando trajes sumários (shorts, chinelos de dedo, camisetas regatas ou sem camisa).
8. Comunicar ao TSE, no primeiro dia útil subsequente e por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução e prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelos fiscais.
9. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TSE, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à **CONTRATADA**, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e Resolução CD/ANPD N°2/2022, conforme disposto na Cláusula Dez - DA PROTEÇÃO DE DADOS deste contrato.
10. Fornecer aos seus funcionários EPIs adequados à execução dos serviços e

responsabilizar-se por seu uso obrigatório, durante todo período de execução do objeto, bem como as ferramentas e os equipamentos necessários para a execução de todos os serviços previstos no Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

11. Recompôr, reconstituir ou consertar todo e qualquer elemento construtivo, instalação ou equipamento que venha a avariar no decorrer da execução dos serviços no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados da notificação. Na impossibilidade de atendimento desse prazo, o mesmo poderá ser alterado, a critério da Administração, mediante aprovação de justificativa a ser apresentada pela **CONTRATADA**, dentro desse prazo.

12. Manter, durante a execução do contrato as condições de habilitação exigidas na licitação.

12.1. Verificadas irregularidades nas condições que ensejaram sua habilitação quanto à regularidade fiscal, a **CONTRATADA** terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da notificação da fiscalização, para regularizar a situação, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, sem prejuízo da rescisão do contrato a critério da Administração.

13. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1. A inadimplência da **CONTRATADA** em relação aos encargos suportados não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de móveis.

14. Apresentar ao fim de cada período de medição, anexado à fatura mensal, o relatório técnico do item 3.1.2.7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, com informação dos serviços realizados, mencionando os problemas verificados, as providências adotadas, as recomendações e orientações técnicas, além do tempo despendido no atendimento do chamado.

15. Designar o(s) responsável(is) técnico(s) para o acompanhamento da execução dos serviços que deverá(ão) possuir graduação em Engenharia elétrica/eletrônica e ser(em) detentor(es) do(s) acervo(s) técnico(s) exigido na habilitação para contratação, bem como fornecer ao TSE a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) até 15 (quinze) dias corridos após o início da execução do serviço. Este(s) profissional(is) deverá(ão) assumir a execução dos serviços, devendo visitar mensalmente os locais dos serviços, para a conferência e garantia da qualidade técnica.

15.1. Em atenção ao Art. 28 da Resolução CONFEA nº 1.025/2009, a ART deverá ser registrada antes do início da execução dos serviços.

15.2. A falta da apresentação da ART impedirá a continuidade da execução dos serviços, permanecendo sujeito ao prazo de execução e às sanções correlatas.

15.3 A formação técnica e qualificação do(s) responsável(is), deverá ser comprovada no momento da apresentação dos funcionários a fiscalização do TSE por meio de diploma(s) legalmente reconhecido(s) ou registro compatível no CREA.

15.4. Na eventualidade da troca de responsável técnico, deverá ser providenciada nova ART, conforme disciplina o CONFEA (Resolução nº 425, de 18/12/1998).

16. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do **CONTRATANTE** ou de outra empresa prestadora de serviço.

17. Providenciar, sem que isso implique em acréscimos nos preços contratados, a execução de toda a sinalização pertinente aos serviços (como placas, cavaletes, cones de segurança, barreiras móveis, delimitadores com fita retrátil, grades de isolamento, etc.), a fim de que se atendam aos requisitos legais e se informe sobre os transtornos dos serviços, bem como se direcionem os funcionários e visitantes do Tribunal para transitarem em uma área de menor risco possível de acidentes, ficando responsável por qualquer acidente que porventura ocorra na falta ou deficiência de sinalização referente aos serviços.

18. Zelar pela integridade física das instalações, devendo reportar imediatamente à fiscalização sempre que forem verificados vazamentos, infiltrações, corrosões e outras avarias

que possam prejudicar o perfeito funcionamento ou a vida útil dos equipamentos e suas instalações.

19. Deixar todos os equipamentos e sistemas em perfeitas condições de funcionamento, quando do término, rescisão ou cancelamento deste contrato.

20. Orientar seus funcionários acerca da necessidade de observar protocolos sanitários definido pelo **CONTRATANTE**.

21. Fornecer máscaras N95 aos seus funcionários, em quantidade suficiente, para ingresso e permanência nas dependências do TSE, **quando houver a exigência do uso por parte do Tribunal**.

22. Afastar os funcionários que apresentarem sintomas de doenças infectocontagiosas, sem prejuízo da prestação dos serviços.

23. Manter, durante toda a vigência contratual, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, **se for o caso**, conforme disposto no inciso XVII, art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

23.1. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos, com indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, caso a empresa se enquadre nas disposições da Lei nº 8.213/1991.

24 Observar na execução do objeto deste contrato o atendimento dos critérios de sustentabilidade definidos no item 6.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

25. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA DO PREÇO CONTRATUAL

O preço a ser pago à **CONTRATADA**, pela prestação dos serviços objeto deste contrato, é o constante de sua proposta, atualizada com o último preço negociado e aceito no pregão, conforme tabela abaixo, sendo de R\$ _____ (_____) o valor total deste contrato.

Objeto		Unidade de Fornecimento	Quant.	Valor Unitário	Valor Anual	Valor Total (30 meses)
SERVIÇO	Prestação de serviços especializados na manutenção do sistema de detecção e alarme de incêndio, composto pelos equipamentos listados no Anexo I-IV do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação, com o fornecimento, sob demanda, de peças, ferramentas, materiais e insumos necessários à manutenção.	Mês	30			
MATERIAL/ PEÇA	Peças de Reposição (planilha contratual)	Ano	2,5			
	Peças de Reposição (conforme Item 3.2.2.3 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação). Valor não poderá ser alterado	Ano	2,5		R\$ 57.208,33	R\$ 143.020,83

PLANILHA CONTRATUAL - HISTÓRICO DE PEÇAS A SEREM SUBSTITUÍDAS - PEÇAS DE REPOSIÇÃO					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade (estimada Anual)	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (30 meses) (R\$)
1	XP95 - Detector óptico de fumaça - sem base	Unid.	15		
2	XP95 - Detector ótico de temperatura - sem base	Unid.	20		
3	XP95 - Detector multisensor (ótico de fumaça + temperatura) - sem base	Unid.	30		
4	Cartão de endereçamento - Xpert card em branco (referência Apollo Fire - XPERT)	Unid.	50		
5	Durtex HC pro-detector p/ entornos agressivos - butano/metano/hidrogênio	Unid.	4		
6	Fireray 200 - Detector Linear de fumaça convencional - até 100 metros	Unid.	2		
7	GFE - Acionador manual com isolador de curto circuito (quebre o vidro ou flap resetável)	Unid.	30		
8	Indicador visual com lâmpada de xenon convencional	Unid.	10		
9	Monitor de contato seco (Switch monitor) com isolador de curto circuito	Unid.	10		
10	I/O (input/output unito com isolador de curto circuito)	Unid.	10		
11	Bateria gel selada 12V cc, 7,5Ah	Unid.	98		
12	Placa mãe para central Juno-Net com sim (referência Global Fire, J-NET-COM-SP1)	Unid.	5		
13	Placa de expansão sub-painel c/3 laços (referência Global Fire, J-NET-SP-003-AS)	Unid.	5		
14	Interface de comunicação RS485 entre junonet x sub-painel x repetidor (referência Global Fire, J-NET-INT-485)	Unid.	5		
15	Cartão de 03 Laços (referência Global Fire - Loop card)	Unid.	5		
16	SIMM Card todos os painéis(referência Global Fire)	Unid.	5		
17	Fonte de alimentação p/ centrais junonet - input: 220V, output: 28VDC/5,6A	Unid.	5		
18	Placa de conexão connector board	Unid.	5		
19	Frame adesivo GFE junonet	Unid.	5		
20	GFE - LSC-ISO - Placa de sirene endereçável	Unid.	10		
SUBTOTAL					

CLÁUSULA SEXTA DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

1 A CONTRATADA deverá entregar o faturamento com toda documentação exigida para liquidação e pagamento da despesa referente aos serviços executados no período, em até 5 (cinco) dias úteis a partir da data do Termo de Recebimento Definitivo.

2. O atesto do objeto contratual executado se dará pelo fiscal administrativo, designado pela autoridade competente, por meio da emissão de Nota Técnica de Atesto (NTA). O fiscal administrativo terá o prazo de 4 (quatro) dias úteis para emitir a NTA e remeter o processo à unidade técnica responsável pelo pagamento, a partir do recebimento do documento fiscal acompanhado do Termo de Recebimento Definitivo - TRD e dos demais documentos exigidos em contrato para liquidação e pagamento da despesa.

3. O pagamento dos serviços objeto deste contrato será efetuado, mensalmente, até o

10º (décimo) dia útil, a partir da atestação da nota fiscal/fatura pelo servidor responsável, com a emissão de ordem bancária para o crédito em conta corrente da **CONTRATADA**, observada a ordem cronológica estabelecida no art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

3.1. As despesas com o fornecimento de peças de reposição substituídas (item 3.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação) serão pagas **por reembolso a título de ressarcimento**.

3.2. Para as peças que não constarem da planilha contratual constante do Modelo de Proposta - Anexo I-I do Edital da Licitação, deverá ser observado o limite de R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos), **por ano** de vigência da contratação, conforme condições estabelecidas no item 3.2 do Termo de Referência - Anexo I do Edital da Licitação.

4. Ficará suspenso o prazo para emissão da NTA, pelo período definido pela fiscalização, nos casos em que a **CONTRATADA** for notificada a apresentar esclarecimentos e documentos. Após o prazo estabelecido, caso a **CONTRATADA** não sane as pendências, a fiscalização administrativa indicará a correspondente ressalva na NTA, e a liquidação poderá seguir com possibilidade de aplicação de glosas/sobrestamentos, até que haja os devidos esclarecimentos/comprovações.

5. O pagamento a ser efetuado em favor da **CONTRATADA** estará sujeito à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais de acordo com os normativos legais.

6. Nos casos de pagamento efetuados após 30 (trinta) dias da emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou da apresentação da nota fiscal, conforme o caso, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo TSE, entre o 31º (trigésimo primeiro) dia e a data da emissão da ordem bancária, será a seguinte:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela a ser paga;

$I = 0,000287671 \{ (\text{índice de compensação financeira por dia de atraso, assim apurado } I = (10,50\%)/365) \}$

7. Na fase de liquidação e pagamento da despesa, a unidade de execução orçamentária e financeira realizará consulta *on-line* ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou nos sítios de cada órgão regulador, com fins de verificar a regularidade da contratada perante a Seguridade Social e a Fazenda Federal, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e a Justiça Trabalhista.

8. No primeiro e no último mês de vigência contratual, os valores correspondentes à manutenção, serão rateados à base de 1/30 (um trinta avos), por dia, do valor mensal dos serviços, considerando-se o mês de 30 (trinta) dias. Nos meses subsequentes, para efeito de pagamento, será considerado o mês de 30 (trinta) dias.

9. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na proposta e nota de empenho.

CLÁUSULA SÉTIMA DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS

1. Os preços dos serviços/peças deste contrato poderão ser alterados, para **manter** o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data-base do reajuste, mediante negociação entre as partes.

2. Para efeito do disposto no item 1 desta Cláusula, será apreciada a possibilidade aplicação do índice setorial do IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, com **data-base vinculada à data do orçamento estimado, ou seja, 06/05/2024.**

3. O reajuste será analisado de ofício durante a vigência da contratação, por ocasião da avaliação anual da vantagem econômica da manutenção do contrato, bem como antes da eventual prorrogação.

4. Em razão da data de aniversário do contrato, a **CONTRATADA** será consultada sobre a possibilidade de renúncia ao reajuste previsto. Na impossibilidade de renúncia ao reajuste, os cálculos serão realizados pela unidade técnica do **CONTRATANTE** e submetidos à validação da **CONTRATADA**.

5. Na ocorrência de índice negativo, a Administração deverá avaliar a vantagem econômica na manutenção do contrato, ou na sua prorrogação.

CLÁUSULA OITAVA DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa decorrente da prestação de serviços do presente contrato correrá à conta dos créditos orçamentários consignados no Orçamento da União à Justiça Eleitoral, para o Exercício de 2024 na Natureza de Despesa 33.90.39.16 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, na ação orçamentária Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral - 02.122.0033.20GP.0001, compromissada pela Nota de Empenho Estimativa nº....., de/....../...., no valor de R\$ (.....).

CLÁUSULA NONA DAS PENALIDADES

As disposições regidas pelo art. 155 da Lei 14.133/2021 e aplicáveis à presente contratação encontram-se elencadas no Anexo I-VII do Edital - PENALIDADES.

CLÁUSULA DEZ DA PROTEÇÃO DE DADOS

1. A **CONTRATADA** fica ciente de que o **CONTRATANTE**, com base no previsto no art. 7º, II e III, c.c. o art. 23 da Lei nº 13.709/2018, irá realizar o tratamento de dados pessoais necessários aos procedimentos preliminares e às contratações públicas, inclusive de alguns de seus sócios, bem como compartilhá-los com órgãos de controle, observados os princípios previstos no art. 6º da Lei nº 13.709/2018, em especial os princípios da finalidade, da adequação, da necessidade, da segurança e da prevenção. Está ciente ainda de que é permitido manter e utilizar tais dados pessoais mesmo após a extinção do contrato, para fins de fiscalização e controle dos contratos administrativos, nos termos do art. 16, inciso I da mesma lei.

2. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que vierem ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

2.1. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal, bem como suspensão do repasse de dados pessoais.

2.2. As partes ficam obrigadas a comunicar UMA A OUTRA, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

2.3. A **CONTRATADA** obriga-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venha ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

3. Para a execução do objeto, em observância ao disposto na Lei Federal nº 13.709/18 (LGPD), na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal

nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a **CONTRATADA** e seus representantes ficam cientes do acesso pelo **CONTRATANTE** de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico, cuja divulgação ficará adstrita, em respeito ao princípio da necessidade, ao endereço comercial informado, ressalvadas as hipóteses de divulgação em cumprimento a exigência legal.

CLÁUSULA ONZE DA EXTINÇÃO

1. O **CONTRATANTE** poderá extinguir o presente contrato, sem prejuízo das penalidades contratuais ou legais, no caso de sua inexecução total ou parcial ou nos demais previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, e ainda pelo descumprimento das condições de habilitação e qualificação legalmente exigidas, assim como das condições constantes deste instrumento e da proposta.

1.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da **CONTRATADA** não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica **CONTRATADA**, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

2. O contrato também se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes, salvo na hipótese do art. 111 da Lei nº 14.133/2021.

2.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

2.2 A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da **CONTRATADA** pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

2.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

3.3. Indenizações e multas.

4. Da extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, conforme o art. 165, inciso I, alínea "e" da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DOZE DAS ALTERAÇÕES

O presente contrato poderá ser alterado na ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TREZE DA VIGÊNCIA E DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência a partir da data de publicação do seu extrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), consoante o art. 94 da Lei 14.133/2021 e duração de 30 (trinta) meses, prorrogáveis nos termos da lei.

CLÁUSULA QUATORZE

DO CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE** segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, bem como as normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA QUINZE DO FORO

O foro da Seção Judiciária do Distrito Federal é o competente para solucionar qualquer questão relativa ao presente contrato.

CLÁUSULA DEZESSEIS DA PUBLICIDADE

O presente contrato será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados de sua assinatura, conforme o disposto no inciso I do art. 94, da Lei nº 14.133/2021.

E por estarem assim, justas e acordadas, as partes assinam, eletronicamente, o presente instrumento para todos os fins de direito.

Brasília/DF, de de 2024.

CONTRATANTE

CONTRATADA

ADAÍRES AGUIAR LIMA
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO



Documento assinado eletronicamente em **22/07/2024, às 10:47**, horário oficial de Brasília, conforme art. 1º, §2º, III, b, da [Lei 11.419/2006](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida em https://sei.tse.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=2950626&crc=A18D2EB5, informando, caso não preenchido, o código verificador **2950626** e o código CRC **A18D2EB5**.

2023.00.000004959-0

Documento nº 2950626 v2